



MENOS IMPOSTOS, MAIS INSUMOS

O setor pecuário decreta guerra às tarifas incidentes sobre os insumos essenciais para o seu processo de produção

No dia 28 de agosto, a Câmara de Comércio Exterior, órgão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, anunciou o fim da taxa de imposto de importação sobre o ácido sulfúrico, ácido fosfórico e fosfato bicálcico, todos produtos utilizados na produção de fertilizantes e suplementação mineral. As matérias-primas que agora fazem parte da lista de exceções da Tarifa Externa Comum, TEC, eram taxadas em índices de 4% (ácido sulfúrico e ácido fosfórico) e 10% (fosfato bicálcico). A oficialização do fim da tributação ocorreu no dia 12 de setembro.

O fim dessa tributação é uma vitória de uma luta que o setor trava desde o início do ano. Iniciada pela Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais, Asbram, e levada à frente pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, a ação acatada pelo governo é uma tentativa de diminuir os impactos da inflação no preço da matéria-prima sobre o produto final. Entre outubro de 2005 e janeiro de 2008, o preço da tonelada da rocha fosfáltica passou de US\$ 400 para US\$ 1.050, um acúmulo de 180% em altas no período.

Logo após o anúncio, a Tortuga Cia. Zootécnica, especializada em nutrição animal, divulgou uma nota à imprensa informando que repassaria integralmente a redução de 4% no imposto de importação incidente sobre o ácido fosfórico, que a empresa usa na fabricação de fosfato bicálcico, aos preços finais de toda a sua linha de suplementos. "Se não repassarmos este benefício, as próximas solicitações não serão atendidas pelo governo, sob alegação de que o setor está lucrando com isto", explica Marcos Baruselli, ex-presidente da

Asbram e gerente de assuntos regulatórios da Tortuga.

Para se ter uma idéia do impacto da redução nos produtos da Tortuga, o Fosbovi 20, suplemento básico oferecido pela empresa no mercado, tem metade de sua composição em fosfato bicálcico. Desde que as altas se tornaram mais intensas, no início do segundo semestre de 2007, o saco com 30 kg do produto que custava R\$ 30 passou a ser vendido por R\$ 60.

A conquista do setor, no entanto, pode ser diluída pelas oscilações do dólar. Atual presidente da Asbram e diretor da Connan – outra empresa que também repassou a diminuição –, Fernando Penteadinho Cardoso Filho explica que o mau humor do mercado internacional tornou a redução praticamente irrelevante. "O repasse praticamente desapareceu com por conta da política cambial", explica. Essa oscilação se deve a dois insumos – uréia e enxofre – altamente dependentes dos preços do petróleo.

Proveniente da amônia, que por sua vez é extraída do gás natural, um subproduto do petróleo, a uréia é uma fonte barata de nutrição. Por ter essa relação direta com o combustível fóssil, sofre também as mudanças – para cima e para baixo – do barril no mercado internacional.

Também subproduto do petróleo, o enxofre é outro grande vilão das altas. Dele é produzido o ácido sulfúrico, que reage com a rocha fosfáltica e se transforma em ácido fosfórico, a substância que dá origem ao fosfato bicálcico, principal componente da ração. De acordo com Cardoso Filho, além de sofrer a influência das cotações das commodities, o enxofre é quase totalmente importado de outros países, já que o produto extraído do petróleo brasileiro

é insuficiente para suprir a demanda desse insumo para a produção de ácido fosfórico. "Ele também pode ser obtido na forma mineral, mas no Brasil praticamente não existem jazidas de enxofre", explica.

Vantagem mínima

Principais afetados com altas dos preços, os pecuaristas não se entusiasmaram com a notícia do fim da taxa de importação. "Num momento em que vemos os insumos mais do que duplicarem de preço, um repasse de 4% ou 8% não dá um bom frescor, ainda mais com as recentes quedas na arroba do boi gordo. Há outras taxas que também precisam ser liquidadas", explica Ricardo Merola, presidente da Associação Nacional dos Confinadores, a Assocon.

As taxas citadas por Merola são duas: o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, o AFRMM, e o PIS/Cofins. No caso da AFRMM, criada com o objetivo de subsidiar a estrutura da marinha mercante brasileira, trata-se de uma taxa de 25% incidente sobre o valor do frete cobrado nas exportações de matérias-primas. O fim desta tarifa é o próximo pleito do setor. "Já estamos dando andamento a esta nova solicitação, que deverá representar uma boa redução nos preços", explica Baruselli.

A grande polêmica na tarifação de suplementos, no entanto, reside na cobrança do PIS-Cofins, uma somatória que abocanha 9,25% do valor dos insumos da produ-



ção pecuária brasileira. No dia 23 de julho de 2004, o governo federal aprovou a lei 10.925, que “reduz as alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários e dá outras providências”, segundo o próprio resumo do documento. No texto, fertilizantes, defensivos agropecuários, corretivos de solo de origem mineral e outros insumos do agronegócio são favorecidos.

O problema, no entanto, é que a lei tem beneficiado somente o setor agrícola. A justificativa da Receita Federal para não fornecer o benefício aos insumos pecuários direciona a responsabilidade ao crédito presumido – incentivo fiscal proporcionado pelo Estado a setores compreendidos por ele como fundamentais para o desenvolvimento industrial – fornecido para a pecuária.

A agroindústria de grãos, no caso, tem crédito de 35% presumido pelo governo.

No caso da pecuária, este número chega a 60%, por uma exigência do próprio setor para estimular a produção. Segundo informações do Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal, Sindirações, a Receita Federal alega que a equivalência entre a produção pecuária e agrícola poderia gerar uma evasão fiscal de R\$ 1,5 bilhão por ano. O Sindirações, no entanto, aponta que o número não passaria de R\$ 890 milhões.

No fim da história, segundo João Prior, secretário executivo do Sindirações, quem paga a conta é a cadeia pecuária, em especial, o produtor independente, já que o pecuarista arca com o valor do imposto. “O fosfato e a uréia utilizados na agricultura não pagam o imposto, o que não acontece na pecuária”, apontou em discurso realizado durante o Interconf, Congresso Internacional de Confinadores, em Goiânia, GO.

“Ambos são insumos utilizados na produção de alimentos básicos para a população brasileira”, protesta Ariovaldo Zanni, diretor executivo do Sindirações. De acordo com as contas de Zanni, considerando um bovino que consuma 30 quilos de suplemento em um ano, do total de R\$ 70,00 gastos, R\$ 6,65 serão direcionados para o pagamento das tarifas. Isso representa algo em torno de dois dias do custo operacional de um animal criado em confinamento, ou um mês de um bovino criado a pasto.

No fim das contas, o protesto do setor pecuário é pela isonomia de tratamento no agronegócio brasileiro. “O benefício repassado à indústria não deve interferir em outros segmentos. O governo cobre a cabeça, mas descobre o pé”, ressalta o diretor executivo do Sindirações, lembrando que o fim de imposto poderia representar um aumento de 10% no uso de insumos.



A redução de tributos deve ampliar a venda de suplementos, com reflexos na produtividade da pecuária

Uma das investidas pela isenção aconteceu no dia 1º de outubro, durante a reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Carne Bovina. Na ocasião, o gerente de assuntos regulatórios da Tortuga, Marcos Baruselli, e o assessor de relações governamentais do Sindirações, Carlos Alberto de Albuquerque, apresentaram o pleito de isenção ao presidente da Câmara, Antenor Nogueira, também presidente do Fórum Nacional Permanente de Pecuária de Corte da CNA.

Na carta assinada por Baruselli, a isonomia é solicitada com base nos benefícios que o insumo traz à produção. "São insumos estratégicos, essenciais para o crescimento da atividade no país", ressalta Baruselli. A carta foi apoiada pelo setor e será apresentada para o ministro Reinhold Stephanes. Se aprovada pelo ministro, a solicitação deverá passar ainda pelo crivo da Receita Federal.

Com o aval do Ministro da Agricultura e da Receita Federal, Baruselli acredita que a ação não tenha dificuldades em ser transformada em lei pela Câmara dos Deputados. "Se fosse o setor inteiro, poderíamos considerar um impacto de R\$ 2 bilhões na arrecadação, mas estamos pleiteando apenas a suplementação bovina, o que daria algo em torno de R\$ 100 milhões", justifica.

Retorno ampliado

"Apesar das altas, ainda vale a pena investir em suplementação", defende Baruselli. "Cada real investido em suplementação representa um retorno de R\$ 5 para o produtor." Segundo análise feita pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo, Cepea-USP, em parceria com a Associação Nacional das Indústrias de Suplementos Minerais, Asbram, é realmente lucrativo



Nos bovinos com alimentação suplementada, a taxa de mortalidade cai para 5% nos jovens e 2% nos adultos

para o produtor investir em suplementação mineral.

No Estado de Goiás, por exemplo, o uso correto do suplemento mineral representou um aumento de R\$ 50 no custo por hectare, em comparação com a ausência total de suplemento. No entanto, houve também crescimento na receita de R\$ 90 reais por hectare na criação provida com suplementos, gerando um ganho de R\$ 40.

No Mato Grosso, a margem foi ainda maior, com aumento de custo operacional em torno de R\$ 60, mas com receita superando os R\$ 150, gerando um lucro adicional de R\$ 90, ou acima de 150% sobre o custo. Em nenhuma das praças estudadas pelo Cepea a lucratividade caiu.

Apesar de ter sido realizado em 2005, muito antes da explosão dos custos pecuá-

rios ocorrida em 2007, o estudo da parceria Cepea/Asbram ainda dá uma boa idéia das vantagens do uso correto do suplemento, já que, na época, a arroba oscilava na casa de R\$ 65,00, valor bem abaixo dos atuais R\$ 90,00.

Outra pesquisa do Cepea focada nas condições gerais da suplementação nas fazendas de corte brasileiras mostra que os plantéis mantidos única e exclusivamente a base de pasto sofrem altas taxas de mortalidade, com 10% em animais jovens e 5% nos adultos. Nos bovinos com alimentação suplementada, a taxa de mortalidade cai para 5% nos jovens e 2% nos adultos. A fertilidade também é bastante diversa nos animais suplementados. Sem o suplemento, o índice médio de prenhez é de 33%, frente a 80% nos bovinos suplementados. **PD**

FOME DE FOSFATO

Segundo dados da Fertilizer Industry Association, IFA, atualmente os Estados Unidos são os grandes produtores de fosfato mundiais, com 34 milhões de toneladas anuais, seguidos pela China, com 28 milhões de toneladas, e Marrocos, com 24 milhões. EUA e China, no entanto, consomem tudo o que produzem, e ainda importam o produto de pólos como o Marrocos, que praticamente não utiliza suas reservas para o mercado interno. Apesar de ser produtor de fosfato, com o volume 6 milhões de toneladas por ano, o Brasil também tem também no Marrocos uma grande fonte de produto.

Essa produção se direciona especialmente para a indústria de fertilizantes. De acordo com a British Sulphur Consultants, os fertilizantes demandam 90% da produção mundial de rocha fosfática, num total de 127 milhões por ano. A nutrição animal, em

segundo lugar, consome 6%, ou cerca de 8,5 milhões de toneladas, e a alimentação humana, em terceiro, com 4%, ou 5,6 milhões de toneladas. Neste universo de produção, 70% da rocha destinada aos fertilizantes é utilizada na produção de ácido fosfórico.

No caso da nutrição animal, segundo números da Asbram, o mercado brasileiro chegou a um volume de suplementos em torno de 1,8 milhão de toneladas em 2007, o suficiente para nutrir adequadamente mais de 50% do rebanho bovino brasileiro. Em 2008, segundo Zanni, o setor de insumos deverá movimentar dentro da indústria – desconsiderando impostos, fretes e outros pontos – um total de US\$ 20 bilhões, com 60 milhões de toneladas de produção. Cerca de 70% desse volume produzido deverá se direcionar às agroindústrias que mantêm seus próprios criatórios.